

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

Felipe Alves Regado

O acesso a psicanálise

São Paulo
2023

Felipe Alves Regado

O acesso a psicanálise

Monografia apresentada como exigência da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Cristina Dancham Simões.

São Paulo

2023

RESUMO

REGADO, Felipe Alves. **Acesso a psicanálise**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2023.

Área do CNPq: 7.07.00.00-1 Psicologia

7.07.01.01-6 História, Teorias e Sistemas em Psicologia

O presente trabalho investiga se o acesso a psicanálise, tanto à análise, quanto à formação, é democratizado. Para tanto, foi feita uma revisão bibliográfica, que passou pela relação entre psicanálise e democracia, pela história das instituições psicanalíticas, pela história do movimento psicanalítico brasileiro, e por conteúdos atuais que debatem tal tema.

Palavras-chave: psicanálise, democracia, elitismo, ditadura militar, clínica pública.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	CONTEÚDOS LEVANTADOS	8
2.1	Psicanálise e democracia.....	8
2.2	Instituições	11
2.2.1	História das instituições.....	12
2.2.2	Gênese da psicanálise no Brasil	14
2.3	Psicanálise e ditadura	17
2.3.1	Da classe média para a classe média.....	18
2.4	Conjuntura atual	20
2.4.1	Clínicas públicas	28
2.4.2	Desejo Político	28
3	CONSIDERAÇÕES DE FECHAMENTO.....	30
	BIBLIOGRAFIA.....	34

1 INTRODUÇÃO

Esta investigação surgiu do interesse do autor em entender os fatores sociais e econômicos que levam e permitem alguém ter acesso a psicanálise no Brasil. Parte-se da consideração de que a leitura de um texto acadêmico tenha um efeito terapêutico ao considerar que esse possa tirar o indivíduo de seu eixo, ou seja, contribuir para a fragmentação do Eu e enfraquecimento de suas identificações. De maneira que lhe interessou uma pesquisa que implicasse o lugar do praticante da psicanálise, tanto para uma possível futura prática com perspectiva crítica, quanto para colocar em questão sua busca pela compreensão da psicanálise.

A partir desse interesse inicial se ramificaram algumas perguntas mais específicas, que se mantiveram centrais na elaboração da estrutura do projeto, sendo elas: quem tem condições econômicas para se formar psicanalista e qual é o estrato social das pessoas atendidas pelos psicanalistas? A análise realizada se insere nas Humanidades, particularmente por meio de uma aproximação teórica explicitada na sequência, composta por um referencial que partiu da Sociologia do Conhecimento, da Teoria Crítica da Sociedade e da Psicanálise lacaniana. O mote é a busca por entender a democraticidade do acesso à análise e à formação em psicanálise. Mas é importante ressaltar que os termos “democraticidade” e “acesso” devem ser tomados em seu sentido prático, ou seja, se trata de uma pergunta sobre como jogos de poder, instituições, figuras e eventos históricos formam o estatuto atual da acessibilidade à psicanálise.

Seguiu-se uma proposta crítica de aproximação ao tema e tem como objeto de estudo a questão da democraticidade do acesso à psicanálise no Brasil, tanto no âmbito da clínica, quanto da formação. O trabalho teve, em seu início, a preocupação em examinar os resultados obtidos a partir do descritor “psicanálise e democracia” no Google Acadêmico. Sem a pretensão de quantificar os resultados obtidos, procedeu-se a uma leitura flutuante dos resumos encontrados, a fim de identificar autores que contribuíssem à trajetória argumentativa que inicialmente se pretendeu construir.

De uma maneira simplificada, a Sociologia do Conhecimento se preocupa com os protagonistas e os contextos em que os conhecimentos são produzidos, e suas implicações na ordem social (MORIN, 1989). A sociologia, enquanto ciência, entra em paradoxo ao tomar a ciência apenas como ideologia. Mas escapa desse paradoxo ao tomar não o conhecimento, mas a atividade científica como algo comprovadamente

inscrito nas disputas políticas e normas de uma sociedade. Desta maneira, uma Sociologia do Conhecimento se torna possível ao se propor estudar a situação particular em que um conhecimento é produzido. Dessa maneira, nenhuma área do conhecimento pode escapar à sociologia do conhecimento, mas nenhuma pode ser reduzida a ela (MORIN, 1989).

A análise de conteúdo empreendida por T. W. Adorno se realiza por meio de uma postura que orienta a teoria a se jogar no ser que se manifesta fazendo um esforço para não o subsumir. O psicanalista defende este método por levar em conta sua preocupação filosófica com o singular, cuja natureza é irreduzível ao conceito. Além disso, é considerado também um sociólogo, sendo tal ferramenta de profunda importância para produções atuais deste campo de estudo (MUSSE, 2009). É um procedimento metodológico que busca mergulhar no mutável, no efêmero, naquilo que desde Platão é considerado indigno do pensamento lógico. Adorno dá primazia ao segundo momento da dialética hegeliana, o que faz de seu método um que busca permanecer na contradição, na interrogação, na luta entre opostos e não em culminação em um conceito. Assim, tal postura se direciona mais a problematizar do que a chegar a conclusões sobre seu objeto de estudo (MUSSE, 2009).

Em uma produção acadêmica, isso significa uma teoria que busca dar protagonismo ao objeto de pesquisa e se jogar de encontro às suas especificidades, sem buscar achar naquele categorias previamente dadas, nem respostas anteriormente pensadas. Esta forma sistematizada é chamada por Adorno de constelação, na qual o objeto de estudo é explorado sem categorias prévias, deixando a singularidade do estudado guiar a pesquisa por caminhos tortuosos, que embora sigam uma progressão e façam conexões entre pontos que tenham sentido entre si, também busca levar em conta as contradições e a sua irreduzibilidade em sínteses (MUSSE, 2009). O objeto particular desta análise de conteúdo são as ações práticas dos psicanalistas que causem impactos no percurso que separa um de se tornar analista ou de estar em análise. Importante manter em vista que esta pesquisa não parte de categorias prévias, mas busca fazer uma problematização imanente de seu objeto, mantendo suas contradições, por entender que essas são partes essenciais da verdade.

Por fim, a psicanálise lacaniana se caracteriza pela adoção da hipótese estruturalista do inconsciente. Entre suas maiores contribuições teóricas, está sua preocupação em criar uma ética para a prática analítica, valorização da originalidade

da teoria freudiana e a adoção do viés estruturalista. Fora isso, há que se considerar os diversos diálogos que foram tecidos entre psicanálise e filosofia hegeliana, biologia, surrealismo, fenomenologia heideggeriana e ciências sociais (DUNKER, 2016). Cabe indicar que Adorno e Lacan possuem diversos pontos em comum em suas teorias (DUNKER, 2015). Um ponto importante para este trabalho, é que ambos se preocupam com a singularidade quando se trata de interpretar uma situação, sem buscar alcançar verdades universais. É pela preocupação com o singular que Lacan adota a retórica como fundamento da estética da interpretação psicanalítica. Por fim, de acordo com Dunker (2016), a ética da psicanálise também é anti-universalista.

No caminho percorrido para compreender quão acessíveis são os meios de alcançar a psicanálise, além de trajetórias individuais e fenômenos subjetivos, também serão estudados elementos técnicos, econômicos e políticos, cuja dimensão concreta pode ser entendida com uma profundidade particular pelas ciências sociais. Em consequência, esta foi usada como epistemologia complementar nesta pesquisa (FROMM, 2010).

Apesar de serem muitas vezes entendidas como epistemologicamente inconciliáveis, por seus objetos de estudo serem completamente diferentes, a psicanálise desde seu início, com Freud, preocupou-se não apenas com o indivíduo isolado, mas buscou entender como se dá o laço social, e defendeu encontrar a gênese do Eu nas relações familiares, de maneira que esta é uma ciência das interações entre indivíduos. Portanto, a psicanálise também considera a importância de determinações históricas, com o diferencial de dar ao indivíduo um lugar central na construção social (ENRIQUEZ, 2005).

Freud, no início do texto “Psicologia das massas e análise do Eu”, publicado originalmente em 1921, chega a afirmar que a psicologia individual é também a psicologia social, pois as distinções entre as duas se tornam difíceis de serem estabelecidas quando examinadas de perto (FREUD, 1969). Lacan também ressalta a importância do estudo da história, ao dizer aos que almejam praticar a psicanálise: “que renuncie a isto, quem não alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (LACAN, 1956, p. 322). De maneira semelhante, conforme Dunker (2016) considera, para Theodor W. Adorno, há uma existência pré-social, que é pulsional. E é a entrada na cultura, que se dá de forma traumática que faz com que reproduzamos as estruturas sociais. Tal processo traumático da gênese do Eu só pode ser entendido em um nível individual. Caso contrário reafirmamos a existência do individualismo

como natural, e ainda sustentamos uma visão de ser humano como um ser inocente que acidentalmente perpetua padrões que lhe causam sofrimento (DUNKER, 2016).

Assim, a presente pesquisa foi proposta de acordo com a sociologia do conhecimento, ao estudar a atividade social dos psicanalistas, sem questionar a epistemologia da psicanálise. Mas também busca entender, quando possível, a gênese de tais atividades nas teorias de Lacan e Adorno da dinâmica do inconsciente e da ontologia do homem.

2 CONTEÚDOS LEVANTADOS

2.1 Psicanálise e democracia

Uma primeira pesquisa feita em agosto de 2022 com o descritor “psicanálise e democracia” ofereceu poucos resultados que problematizassem a democraticidade do acesso à psicanálise. No entanto, foi possível compreender como alguns teóricos entendem a relação entre psicanálise e democracia, o que ofereceu um ponto de partida interessante a este trabalho. Mas antes de analisar tais resultados, é importante entender o porquê a palavra democracia foi escolhida para esta pesquisa inicial.

A indagação sobre quem teria condições para se formar psicanalista pode ser relacionada à busca pela democratização dos espaços e das instituições, tomando como base que o acesso à educação é um direito fundamental, que se relaciona com a democracia em seu esforço para garantir equidade entre todos os membros da sociedade (TAVARES, 2009). Quanto ao acesso à análise, é necessário ressaltar que o acesso à saúde mental é um direito fundamental, pois este faz parte dos cuidados de saúde. Além disso, o acesso à saúde mental garante iguais oportunidades aos indivíduos, bem como o funcionamento saudável de uma sociedade como um todo (BRASIL, 2015).

Desta maneira, uma pesquisa pelos termos “psicanálise e democracia” no Google Acadêmico deveria, em teoria, apresentar resultados que se relacionassem diretamente com o tema desta pesquisa. Assim, fica evidente o porquê do uso recorrente da palavra democracia neste trabalho, bem como a escolha desta palavra para uma pesquisa inicial. É necessário informar que pesquisas com os termos “psicanálise e acesso”, ou “psicanálise e acessibilidade” ofereceram ainda menos resultados relacionados ao tema desta pesquisa.

Agora que esta conexão foi estabelecida, há justificativa para se debruçar sobre a forma como Pedro Teixeira Castilho, com base na produção do psicanalista Claude Lefort (CASTILHO, 2019), entende o conceito de democracia sobre a ótica da psicanálise, em que busca explicá-lo relacionando-o com o mito da fundação da civilização descrito na obra freudiana.

Em “Totem e Tabu”, publicado em 1913, Freud (1969) usa o mito como meio

de formular discursivamente um evento, que embora não tenha acontecido, carrega certa verdade sobre a forma como os seres humanos se relacionam subjetivamente entre si, e como as sociedades se organizam. O autor discorre sobre como teria acontecido a entrada do ser humano na cultura, em que, em um passado remoto, o ser humano vivia em grupos nos quais o indivíduo mais forte, chamado pelo autor de pai primordial, matava e tinha relações sexuais com quem quisesse, sem limitações ou leis que tivesse que seguir. Seus filhos não tinham direito algum, enquanto esse pai tinha acesso a todas as fêmeas do bando. Esses apenas o observavam, tomados pela inveja, até que um dia o mataram (FREUD, 1969).

Para garantir que a história não se repetisse, e o segundo mais forte do bando assumisse o lugar do pai, os filhos realizaram um ritual. Comeram a carne do assassinado e, unidos pela culpa pelo parricídio e pelo amor pelo morto, criaram uma lei, de acordo com o qual ninguém poderia assumir o lugar vazio deixado pelo pai primordial. Essa lei funda a sociedade e garante a todos os indivíduos a segurança de não serem mortos e a possibilidade de desfrutar do sexo, desde que contribuam para manter o lugar do pai primitivo sempre vazio (FREUD, 1969).

Claude Lefort (2011 *apud* CASTILHO, 2019) define a democracia como uma sociedade que eleva o lugar vazio do pai primordial morto a princípio organizador de suas leis e relações sociais, sendo necessário um constante esforço para impedir que alguém ocupe esse lugar, garantindo assim a igualdade entre todos. Em outras palavras, a democracia é uma sociedade que transforma a incompletude em lei institucionalizada, de maneira que o sujeito da democracia é o sujeito barrado. Assim, Lefort oferece uma visão social das implicações do funcionamento democrático de um determinado grupo, e suas implicações nos seres particulares que o compõem, que agora tem que recalcar certas moções pulsionais para que tal grupo funcione de maneira democrática. Isso, por fim, poderá permitir a este trabalho uma análise de grupos enquanto democráticos ou não, bem como das posições e subjetividades individuais das pessoas que as constituem (CASTILHO, 2019).

Agora que foi possível aprofundar o que seria um grupo acessível e democrático para a psicanálise, resta saber como esta preocupação surge na história da psicanálise, ou seja, como ela se dá na atividade deste movimento. Embora este tema seja abordado em mais detalhes no capítulo “Instituições”, ao se discutir a psicanálise e a ditadura, é importante estabelecer que essa preocupação com a democratização da psicanálise existia já na mente de seu fundador, ou seja, desde a

gênese desta ciência, pelo menos no tocante a questão do acesso à terapia (FREUD, 1969).

No texto “Linhas de progresso na terapia psicanalítica”, Freud (1969) faz algumas ponderações sobre a questão do estrato social que é atendido pelos psicanalistas. Ele defende que as populações menos favorecidas economicamente têm direito ao acesso à terapia, e não apenas as classes sociais mais abastadas, que têm condições para pagar por ela. Seus apontamentos, assim como o discurso de Budapeste não ficaram apenas no papel, mas foram colocados em prática pela primeira e segunda geração de psicanalistas, que se empenharam na criação de diversas clínicas públicas, trabalhando com pessoas em situação de rua e em abrigos. Pelo menos doze clínicas públicas foram criadas naquele momento, atendendo operários, jovens e crianças em situações de rua e mulheres grávidas (DANTO, 2005).

Os psicanalistas da época também se envolveram com o governo municipal de Viena, na criação de diversas políticas públicas em um empenho de tornar a terapia um direito garantido a todos, tomando parte em um espaço social que ficou conhecido como Viena Vermelha. Entre os nomes que tomaram parte neste movimento, encontramos figuras conhecidas como Erik Eriksson, Erich Fromm, Melanie Klein, Anna Freud, Otto Fenichel, Wilhelm Reich e Karl Abraham. O próprio Freud usou de seus contatos políticos e se envolveu com as autoridades do governo social-democrata vigente para garantir o andamento da iniciativa (DANTO, 2005).

Considerando a palavra democratizar no seu sentido de pôr ao alcance do povo, popularizar (DEMOCRATIZAR, 2023), fica evidente a importância dada por Freud de se democratizar o acesso à análise psicanalítica. Mas é importante ressaltar que, para Freud, a democratização do acesso à terapia não viria de iniciativas da sociedade civil, mas seria o próprio Estado que, com o tempo, reconheceria a terapia como direito universal e se encarregaria de disponibilizá-la à população como um todo (FREUD, 1969).

Retomando, com base no que se apresentou até aqui, ficou estabelecido como se perguntar sobre o acesso à terapia e à formação é se perguntar sobre a democraticidade de determinados espaços, bem como a existência de uma reflexão por parte da psicanálise sobre o que seria um espaço democrático, e que está escrita desde o princípio da história da atividade psicanalítica uma preocupação com o acesso popular à análise. Dentre o que foi abordado neste capítulo, fica de fora responder como se insere na história da psicanálise a preocupação com o acesso livre

à formação, bem como aprofundar como a questão central deste trabalho se deu através da história.

2.2 Instituições

Como dito anteriormente, a pesquisa no Google Acadêmico, das palavras-chave “psicanálise e democracia”, trouxe resultados interessantes, porém poucos se direcionaram a problematizar a democraticidade do acesso à psicanálise. Ainda assim, alguns que entraram nesse tema se propuseram a discutir a democracia interna das instituições de psicanálise. Abaixo se apresenta o conteúdo dos artigos encontrados, que foram complementados com outros textos, por sua conexão direta com o tema. Mas antes de entrar neste assunto, cabe uma breve digressão justificando o momentâneo enfoque dado nos próximos capítulos às instituições, pois essas poderiam estar conectadas de maneira fundamental à questão da democraticidade (ou não democraticidade) das instituições de psicanálise atuais.

Em 1982, ao refletir sobre atos alegadamente antidemocráticos da *Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro*, Hélio Pellegrino defende que as instituições são um “mal necessário”, algo que não gostamos, mas do qual precisamos participar. As instituições viriam ao amparo do ser humano que, por sua falta de saber instintual, precisaria formar pactos que permitissem sua sobrevivência e a realização parcial de suas pulsões sexuais. Tais pactos seriam as instituições (PELLEGRINO, 1982).

Quase vinte anos depois, Paulina Schmidtbauer Rocha propõe outra forma de entender o processo de institucionalização. Ela chama a atenção para a grande quantidade de psicanalistas que preferem não se filiar a uma instituição ou se organizam em grupos não oficiais e, a partir disso, afirma que a institucionalização não seria um mal necessário, mas uma escolha, pela qual todos os envolvidos devem ser responsabilizados. A autora acredita que o caminho da institucionalização é uma opção interessante para o movimento psicanalítico, mas também defende que o modelo atual de instituição psicanalítica é responsável por essa se mostrar fechada em seu mundo, além de elitista (ROCHA, 2000).

A autora ainda traça as questões desse modelo até problemáticas que estavam presentes na primeira instituição de psicanálise, e que não teriam sido superadas pelas que a sucederam. De acordo com a autora, a “Sociedade Psicanalítica das Quartas-Feiras” foi criada pela preocupação de Freud de que a psicanálise fosse socialmente reconhecida e que seu legado não caísse no esquecimento ou fosse

distorcido depois de sua morte. Essa postura defensiva de Freud teria criado uma instituição doutrinadora, incapaz de tolerar sujeitos que pensam diferente de seu criador, profundamente centrada em uma figura de liderança (ROCHA, 2000). De acordo com a antropóloga Maria Carolina de Araujo Antonio, a referida Sociedade tinha o objetivo de legitimar o controle da formação e da prática clínica. Esta teria um funcionamento similar ao de uma seita, por se pautarem exclusivamente na teoria e prática psicanalíticas, transmitidas pelo “mestre criador” que estava na posição de aprovar ou não as colocações dos outros membros, não podendo ser questionado (ANTONIO, 2015).

É possível afirmar que a psicanálise, embora nasça como um movimento revolucionário e crítico da cultura, foi se tornando doutrinadora e fechada em seus próprios ciclos pela forma particular de seu processo de institucionalização (MOREIRA; BULAMAH; KUPERMANN, 2014). Assim, com base no que foi colocado, retomar a história das instituições de psicanálise é de relevante para entender quão democrático é o acesso à clínica e à formação psicanalítica no Brasil de hoje.

É importante não esquecer que, embora Freud possa ter sido rigoroso e por vezes autoritário com os membros de sua instituição, sua postura também poderia ser fruto de sua preocupação de que a originalidade de sua teoria se perdesse, o que efetivamente aconteceu em parte com releituras posteriores à sua, que operaram um reducionismo sociologizante ou biologizante, deixando de lado conceitos centrais. Dessa maneira é possível supor que Freud visse esse movimento reducionista em sua época e tomasse medidas para proteger suas teorias e descobertas (DUNKER, 2015).

2.2.1 História das instituições

A Associação Psicanalítica Internacional (IPA), fundada em 1910, foi a primeira instituição psicanalítica internacional e existe até hoje, tendo filiais em mais de 40 países incluindo o Brasil. A IPA impôs novas normas à prática e a formação de novos psicanalistas, que podem ser entendidas como rígidas, como a proibição da filiação e formação de sujeitos psicóticos (ANTONIO, 2015) ou as frequentes ameaças de expulsão dos candidatos mais questionadores (MOREIRA; BULAMAH; KUPERMANN, 2014).

Alguns pensadores sustentam a tese de que certas medidas da IPA foram responsáveis por uma diferença entre os membros da primeira e segunda geração de psicanalistas. A primeira se caracterizou por ser autodidata, inquieta, e questionadora,

enquanto a segunda era formada por indivíduos bem adaptados ao contexto europeu e sem grandes conflitos internos. Eram sujeitos que buscavam a psicanálise como uma especialização na sua prática. Esses candidatos foram alcunhados de *normal candidates*, e pensadores como Jacques Lacan e Michel Balint responsabilizaram o processo de formação da IPA por selecionar certos candidatos e excluírem os homossexuais, as minorias raciais e pessoas de baixa renda (KUPERMAN, 2022).

Segundo Antonio (2015), Jacques Lacan também tinha outras críticas ao processo de formação da IPA, no qual os candidatos deveriam se submeter a uma análise didática, ao final da qual seu analista seria capaz de julgar se o analisado estava apto a exercer a profissão de psicanalista. De acordo com ele, tal dinâmica faria com que o analisado, movido pelo seu desejo de se tornar psicanalista não questionasse os apontamentos apresentados, mas os aceitasse na esperança de receber a permissão de atuar como analista, colocando analisado e analista didata em uma dinâmica de escravo e mestre. Tal dinâmica tornaria a análise didática normatizante e também seria responsável pelo fenômeno dos *normal candidates* (ANTONIO, 2015).

Tais críticas moveram Lacan a criar sua própria instituição, a Escola Freudiana de Psicanálise, na qual o candidato a analista não teria que passar por uma análise didática, mas seria avaliado por um júri. No entanto, a Assembleia Geral que escolheria os membros do júri não havia sido formada e Lacan se colocou na posição de escolher os membros do júri, o que comprometeu a democracia de sua nova instituição (ANTONIO, 2015). Lacan foi sucedido por Jacques Alain Miller, que manteve o modelo de escola criado pelo primeiro, apesar de ter se declarado decepcionado com as limitações. Essa atitude, que foi contra os direcionamentos do já falecido Lacan, causaram um rompimento na instituição. Doze anos depois, Miller criou a Associação Mundial de Psicanálise (AMP), a segunda instituição mundial de psicanálise da história. Esta instituição era ainda mais centrada ao redor de um líder do que as anteriores de Lacan (ANTONIO, 2015).

Na Argentina, a psicanálise começou a ser introduzida pelos meios psiquiátricos tradicionais, mas logo passou a ser assimilada por grupos políticos de esquerda, que buscavam explicar fenômenos políticos de forma subjetiva, pensar a modernidade e mesmo como ferramenta de revolução social. Hoje em dia, a psicanálise é amplamente difundida, não apenas nos meios acadêmicos argentinos, mas também entre a classe trabalhadora (ANTONIO, 2015).

2.2.2 Gênese da psicanálise no Brasil

A psicanálise começou a ser difundida no Brasil entre os anos de 1915 a 1937, circulando por São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre (OLIVEIRA, 2002), sendo que o primeiro registro de atividade psicanalítica no país foi de atendimentos clínicos a pacientes históricos na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2017).

Ela surge no país no meio de um debate sobre qual seria a moral e a identidade do brasileiro. Tal discussão se devia à recente abolição da escravidão, que problematizara o entendimento que o meio intelectual tinha do que seria a identidade brasileira, assim como gerou um maior número de pessoas em situação de rua, o que acarretou dificuldades para o governo criar um projeto de desenvolvimento para o país (FACCHINETTI; PONTE, 2003).

O meio intelectual estava dividido; de um lado, havia aqueles que consideravam o problema a partir de uma ótica do determinismo racial, uma visão racista e eugênica que defendia o embranquecimento da sociedade como solução da questão da identidade e do desenvolvimento. Do outro, aqueles que viam a situação como um problema de carência do Estado. Nesse contexto, a psiquiatria surge como campo que dialoga com ambos os lados, por sua epistemologia dar importância ora a hereditariedade, ora a questões patológicas e sociais (FACCHINETTI; PONTE, 2003).

A psicanálise também surge em ambos os lados, sendo utilizada pelos sanitaristas conservadores como ferramenta de controle social. Para estes psiquiatras e médicos, não havia ruptura entre as teorias freudianas e seus objetivos de higiene mental. Do outro lado, porém, alguns participantes do Movimento Modernista também leram e se interessaram pelos conhecimentos da psicanálise. Esses abordaram a questão da identidade brasileira de maneira diferente, valorizando justamente aspectos da sociedade que os intelectuais desprezavam, como a pluralidade de fenômenos culturais e a miscigenação de raças, sendo profundamente críticos à influência europeia e à fragilidade da razão, estes encontraram em teóricos como Marx, Nietzsche e Freud corpo para suas críticas. Para eles, o conceito de inconsciente e de sexualidade eram essenciais para se opor ao racionalismo europeu (FACCHINETTI; PONTE, 2003).

No Rio de Janeiro, a psicanálise despontou dentro de hospitais psiquiátricos,

embora houvesse pouco interesse por parte de seus divulgadores pelo caminho da criação de instituições. São Paulo faz sua inserção também pelos meios psiquiátricos, tendo como figura principal de sua propagação o importante médico Franco da Rocha. No entanto, há registros de que houve muita resistência na capital, de maneira que, apenas em 1927 o discípulo de Franco da Rocha, o médico Durval Marcondes foi capaz de, com grande esforço, criar a primeira instituição psicanalítica do país, a Sociedade Psicanalítica Brasileira, a SPB (FACCHINETTI; PONTE, 2003).

Mas é importante levar com cautela esses registros de que houve muita resistência à psicanálise em São Paulo, já que é apenas nos anos de 1970 que as instituições paulistas vão se preocupar com sua historiografia. Esse movimento foi protagonizado por Roberto Sagawa, que buscou criar uma origem gloriosa da psicanálise brasileira, descrevendo Durval Marcondes como herói solitário em luta contra as fortes resistências à psicanálise. Sobre isso, Oliveira (2002) nota um viés positivista e racionalista nos escritos de Sagawa, que só seriam posteriormente questionados nos anos de 1990. Por fim, Durval Marcondes era bastante conhecido no meio médico de sua época, e não há evidências de que a psicanálise tenha encontrado mais resistências à sua penetração na sociedade brasileira do que em qualquer outro lugar (OLIVEIRA, 2002). Embora Marcondes tenha se aproximado do Movimento Modernista para ganhar apoio e criar a SPB, começou gradativamente a se aproximar também do meio médico e seus ideais de higienização mental. Assim, progressivamente, a psicanálise paulistana vai se tornando mais reducionista e vinculada a ideais da pequena burguesia (FACCHINETTI; PONTE, 2003).

Após encerrar as atividades da SPB, Marcondes se empenhou em trazer um analista europeu para ajudar a criar uma instituição nos moldes da IPA em São Paulo. Foi assim que, em 1934, Adelheid Koch veio para o Brasil. Judia, tendo sido perseguida durante o regime fascista de Hitler, não encontrou um ambiente fácil para seu trabalho em um país machista e governado por Vargas, um ditador que flertava com a direita totalitária europeia. Mesmo assim, seus esforços deram algum resultado, já que em 1951, foi fundada a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, sob filiação da IPA (FACCHINETTI; PONTE, 2003).

Nesse período, de 1951 a 1969, ocorreu o processo de institucionalização nos moldes da IPA (OLIVEIRA, 2002) do movimento psicanalista brasileiro. Esse último, tal como as primeiras sociedades e grupos, era bastante autoritário, mimizando a própria estrutura social do país (MANDELBAUM *et al.*, 2018). O Rio de Janeiro

demoraria alguns anos para ter uma instituição reconhecida pela IPA, em comparação com São Paulo. Isso aconteceu apenas em 1959, quando a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro foi reconhecida. Nesta ocasião, a história do movimento psicanalítico foi marcada por acaloradas disputas entre três grupos diferentes (FACCHINETTI; PONTE, 2003).

A disputa se deu entre o grupo conhecido como dos argentinos, que surgiu em 1949, o Instituto Brasileiro de Psicanálise (IBP), fundado em 1948, e o grupo de estudos de Werner Kemper, após seu criador ter rompido com o IBP. A história da relação desses três grupos foi marcada por acirrados conflitos, que desembocaram em episódios dramáticos, como a prisão momentânea de Kemper por ter sido acusado de praticar medicina ilegalmente. Kemper era uma figura controversa, tendo participado de grupos conectados com o governo de Hitler e tendo sido supervisionado por Felix Bohem, que foi considerado posteriormente um simpatizante do nazismo. Foi justamente o grupo de Kemper que foi reconhecido pela IPA e se tornou a SBPRJ (FACCHINETTI; PONTE, 2003).

A partir dessa retomada, percebe-se a dissonância presente na gênese da psicanálise no país, com movimentos de resistência ao racionalismo europeu, opostos a uma psicanálise aliada a uma lógica burguesa de higiene mental. Ao longo dos anos que se seguiram, viu-se um enfoque cada vez maior dado às clínicas privadas, em detrimento a ações no setor público. Na ditadura, essa inversão se escancarou em um período que ficou conhecido como o *boom* da psicanálise (OLIVEIRA, 2017).

Um ponto de vista defensável é de que a psicanálise foi introduzida no país sem que houvesse um processo de assimilação pelos saberes já presentes no território. Pelo contrário, foi utilizada pelas elites como justificativa para melhorar a sociedade brasileira. Pode-se dizer que não houve um processo antropofágico, uma deglutição da psicanálise pela sociedade brasileira como um todo (MANDELBAUM *et al.*, 2018). Evidentemente esse ponto de vista encontra contradições com a leitura da psicanálise pelo Movimento Modernista (FACCHINETTI; PONTE, 2003).

Após percorrer a história das instituições de psicanálise internacionais até o momento atual, em busca de aprofundar o entendimento que tipo de instituição ela é hoje, resta continuar este processo com a história do movimento psicanalítico brasileiro. No entanto, sua relação com o período da ditadura militar brasileira será explorado no capítulo seguinte, por sua importância para este trabalho.

2.3 Psicanálise e ditadura

Para elaboração deste capítulo, a pesquisa seguiu explorando os poucos resultados apresentados na busca por material que relacionasse a psicanálise com a democracia de uma forma crítica à sua prática. Nesse processo, foram encontrados textos que comentam sobre posturas antidemocráticas, adotadas pelas instituições psicanalíticas, especificamente na época da ditadura.

O período da ditadura militar brasileira é particularmente interessante para esta pesquisa pelas posturas antidemocráticas tomadas pelas instituições psicanalíticas. Na Argentina, a psicanálise foi considerada muitas vezes revolucionária, sendo lida às escondidas pelo seu conteúdo considerado subversivo. Analistas foram perseguidos, e os textos de Freud eram de amplo acesso, inclusive lidos pela classe trabalhadora, como ferramenta para leitura da subjetividade da política da época (ANTONIO, 2015). No Brasil, a situação foi bastante diferente, já que não há registro de perseguição de analistas ou de que uma instituição psicanalítica tenha sido considerada subversiva ou revolucionária, com alguns analistas apoiando abertamente o regime fascista (OLIVEIRA, 2017).

É importante lembrar que o período da ditadura foi prolífico para o movimento psicanalítico. Neste período se observou o fenômeno chamado *boom* da psicanálise, porque ela passou a buscar atrair seus clientes dentre as classes mais abastadas. O agravamento da desigualdade social gerou uma elite rica disposta a pagar caro pelos atendimentos. Alguns psicanalistas passaram a cobrar em dólar (OLIVEIRA, 2017). Tais posturas tocam diretamente na questão da acessibilidade à psicanálise da época.

As instituições psicanalíticas, que já eram bastante hierárquicas, se tornaram ainda mais verticais neste período. Apenas pessoas consideradas importantes dentro das instituições tinham o privilégio de ter seus textos publicados. Esse monopólio era justificado por uma preocupação de não misturar analistas conceituados com outros supostamente menos experientes (MANDELBAUM *et al.*, 2018). Tais posturas levaram os psicanalistas Eduardo Mascarenhas e Hélio Pellegrino a compararem as instituições de psicanálise a baronatos (MELLO, 1982).

Ainda de acordo com Hélio Pellegrino, havia um falso apolitismo conivente com o governo fascista brasileiro, que era justificado pela busca de neutralidade no *setting* analítico. Basicamente, as instituições nunca se colocaram contra as ações antidemocráticas tomadas pelo governo fascista, mesmo quando analistas argentinos

que se refugiaram no Brasil foram perseguidos e, no caso Amílcar Lobo (PELLEGRINO, 1982) dialoga-se muito com o que já foi anteriormente colocado. Este psicanalista ficou conhecido por usar técnicas terapêuticas para manter os presos políticos desejando continuar vivendo, para que mais informações fossem tiradas deles. E a forma como esse caso se desenvolveu escancarou a convivência das instituições de psicanálise com a situação (MOREIRA; KUPERMANN, 2014). Apesar das denúncias, como de uma mulher que foi torturada por ele, quanto pela própria IPA, não fizeram com que a instituição à qual Lobo era filiado se pronunciasse a favor das vítimas. É verdade que, em dado momento, ele foi expulso da instituição na qual estava se formando analista, mas, no mesmo episódio, também foram expulsos outros membros que o denunciaram, incluindo Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas (MOREIRA; KUPERMANN, 2014).

2.3.1 Da classe média para a classe média

Após o levantamento das posturas antidemocráticas tomadas pelas instituições de psicanálise, esta pesquisa encontrou material interessante que permitiria traçar um perfil psicológico dos membros de tais instituições. Mas antes de se aprofundar nesta empreitada, um pequeno contexto histórico é necessário.

Em 1982, no livro *Crise na Psicanálise*, são apresentadas diversas denúncias dirigidas aos membros das instituições psicanalíticas brasileiras, particularmente da parte do psicanalista Eduardo Mascarenhas. O livro foi escrito no período pós-ditatorial, no momento específico em que alguns psicanalistas formaram um grupo para buscar transformar a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) em uma instituição mais democrática (MASCARENHAS, 1982). Neste período, o mesmo grupo de analistas apresentaram diversas denúncias que não se limitam às sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro, nem ao período histórico no qual os teóricos se encontravam (OLIVEIRA, 2017).

Hélio Pellegrino definiu o processo de institucionalização como um mal necessário para permitir ao ser humano tornar seus desejos e pulsões capazes de agir sobre a natureza, e possibilitar sua satisfação parcial na sociedade, garantindo ao sujeito certa liberdade. A partir desta elaboração, o militante critica a instituição psicanalítica de sua época, por esta se mostrar controladora, autoritária e a serviço de uma minoria burguesa (MASCARENHAS, 1982). O autor também criticou o já mencionado apolitismo das sociedades psicanalíticas, defendendo que não passa de

um disfarce ideológico que busca encobrir as ações políticas a favor do sistema autoritário vigente, tomadas pela instituição (MASCARENHAS, 1982).

Nessa altura, é necessário retornar a Adorno, para lembrar que não basta unir a psicanálise à sociologia de qualquer maneira. É necessário entender que a originalidade da crítica ao conceito de individualidade, feita pela psicanálise, vem justamente da maneira como essa defende uma existência pré-social, que através de diversos traumas se transforma naquilo que chamamos de Eu. Assim, uma psicologia social não justifica a existência de fenômenos psíquicos atribuindo sua causa ao social, mas estuda o indivíduo, e sua sofrida entrada no laço social, para explicar fenômenos sociais. Surge assim a pergunta, que tipo de sintoma advindo da ontologia do sujeito causa tais ações por parte dos psicanalistas, conforme descrito no livro “Crise da Psicanálise”? (DUNKER, 2015).

Este trabalho não se limitou a estudar a democraticidade do acesso à psicanálise, e as atividades dos psicanalistas que determinam tal acessibilidade, mas também os fatores privados que constituem singularmente tais psicanalistas que executam essas mencionadas atividades. Isso permite interpretar e compreender que fatores da vida privada influenciam a democraticidade do acesso à psicanálise.

Eduardo Mascarenhas parece indicar o caminho. No capítulo “Aquele que deixou de ser sem nunca ter sido”, o psicanalista defende que a psicanálise de seu tempo era produzida pelas classes médias para as classes médias. Isso porque sua função seria preservar o narcisismo daqueles que a praticam e daqueles que a procuram (MASCARENHAS, 1982). O autor descreve os psicanalistas como majoritariamente membros da classe média, que buscariam defender sua onipotência narcísica da descoberta castrante da existência de classes sociais mais elevadas que a deles. O fazem se dizendo profundos, por se sentirem conhecedores de seu inconsciente, justamente por serem psicanalistas. No entanto, não seriam tão profundos quanto a categoria artística, nem teriam uma compreensão tão aprofundada da sociedade quanto a categoria dos cientistas sociais ou filósofos, assim, nem na classe média se destacariam como detentores de algum tipo de profundidade (MASCARENHAS, 1982).

Mas é importante refletir sobre esse desejo narcísico de superar a castrante consciência de classe. Do que se trataria esse narcisismo? O narcisismo seria uma busca por ser infinito, seria uma relação dialética na qual um se apropria de um traço do outro para em seguida realizar um reconhecimento falso. Uma relação na qual

toma-se o outro como objeto de conhecimento, e não se reflete sobre as mediações que permitem entrar em contato com esse outro (DUNKER, 2016).

Esse traço pode ser entendido com a mesma profundidade que os analistas das mencionadas instituições, os quais olhariam para as pessoas ignorando, entre outras, a questão de classe e, em vez disso, usariam a profundidade ou ausência de profundidade destas para resolver o conflito dialético e chegar a um conceito. Isso os permitiria não ver o seu lugar como classe social na estrutura capitalista. Colocando de uma maneira simples, classificariam as pessoas por seu conhecimento de artes, filosofia e psicanálise (MASCARENHAS, 1982).

O narcisismo se caracteriza também como o sintoma da paranoia, a busca primordial por uma unidade do Eu concisa através da imagem de um outro que também é um igual. Parece ser a isso que Mascarenhas está se referindo quando aponta que a psicanálise é das classes médias para as classes médias (DUNKER, 2016). Mascarenhas também pontua que as instituições psicanalíticas agem como uma ostra fechada em si mesma, fechada em consultórios particulares onde os psicanalistas encontram uma certa onipotência. Uma vez fora do consultório, um analista se sentiria desamparado, evitando por exemplo ao máximo qualquer contato com o analisado fora do ambiente que lhe garantiria tal onipotência (MASCARENHAS, 1982).

Agora que foi possível entender as posturas das instituições psicanalíticas na ditadura e no pós-ditatorial como antidemocráticas, e até uma breve psicopatologia foi feita dos membros de tais instituições, surge a pergunta se tais posturas antidemocráticas ainda estão presentes na conjuntura atual, ou se algo mudou.

2.4 Conjuntura atual

Por fim, além dos resultados encontrados no Google Acadêmico sobre psicanálise e democracia, outras fontes de informação também foram utilizadas como o Google, Youtube, revistas e matérias de jornal. Em tais resultados foram encontrados conteúdos diretamente relacionados ao período atual, bem como mais focados em problematizar a democraticidade do acesso à psicanálise, embora não sejam estritamente acadêmicos. A decisão de buscar conteúdo em fontes não acadêmica surgiu a partir da já mencionada dificuldade em encontrar produção a partir de indexadores acadêmicos, o que sugere que a questão não tem sido debatida nos círculos formativos.

O momento histórico a ser apresentado, a partir daqui, é o período dos cinco últimos anos, no qual o surgimento de um curso de graduação em psicanálise reavivou na internet e nos jornais o debate sobre a democracia interna das comunidades psicanalíticas (CANAL INCONSCIENTE COLETIVO, 2022; PSICANALISTAS UNIDOS PELA DEMOCRACIA, 2022; COUTINHO, 2022), assim como demonstrado nos parágrafos a seguir.

Marco Antônio Coutinho, uma figura respeitada no meio psicanalítico brasileiro, escreveu à Folha de São Paulo expressando sua preocupação com um curso que reduzisse o ensino da psicanálise a práticas e técnicas, além de prometer um processo ao final do qual o aluno estaria apto a praticar a psicanálise, transformando essa ciência em uma mercadoria (COUTINHO, 2022).

Em resposta a esse movimento, o mestre em filosofia pela Universidade Federal de Pelotas e sócio do Círculo Psicanalítico de Pernambuco, Erico de Andrade, argumentou que a lógica de mercado já dita a formação em psicanálise há muito tempo. O filósofo denunciou, através dos jornais, os preços supostamente altos das terapias e dos cursos necessários para a formação (ANDRADE, 2022). De acordo com ele, a psicanálise se torna democrática nas universidades, onde é usada como ferramenta de crítica ao neoliberalismo, mas sua prática seria bem capitalista, por conta dos altos preços cobrados nas análises, supervisões e cursos de formação necessários para se tornar analista. Aqui o autor está comentando o acesso a análise e o acesso a formação, e em ambos os casos defende que o acesso à psicanálise seria praticamente não democrático. Existiria uma grande contradição entre a teoria da psicanálise, presente nas universidades, e sua prática. O autor ainda comenta sobre as clínicas públicas, dizendo serem essas praticamente inexistentes (ANDRADE, 2022). Se nota uma postura de parcial responsabilização das instituições psicanalíticas pelo status do acesso à psicanálise, o que difere de Freud, em sua visão de que seria o Estado o responsável por garantir que o acesso à terapia fosse um direito de todos (FREUD, 1969). Nos próximos pensadores citados, será possível notar como cada um deles toma partido na questão de quem seria a responsabilidade pela democratização do acesso.

Em uma segunda publicação, Andrade (2023) aprofunda suas críticas a situação atual do acesso à psicanálise. De acordo com ele, somando os gastos para se tornar analista, que incluiriam análise da pessoa, mais supervisão e contribuição à associação, seria necessário mais de um salário-mínimo, ou seja, mais do que a

média dos brasileiros ganha para viver, de maneira que as instituições acentuaram a desigualdade já presente na sociedade brasileira (ANDRADE, 2023).

Ele ainda opina que o surgimento de um curso de bacharelado em psicanálise seria um sintoma de um desejo de se tornar analista que, por não ser atendido, é facilmente explorado pela lógica mercadológica. O autor alerta que, se as instituições de psicanálise apenas se organizarem contra o curso de bacharelado, sem levar em conta que é fruto de um desejo não atendido, elas acabaram apenas por perpetuar o monopólio das instituições sobre a formação, o que teria impossibilitado o desejo de se tornar analista de se concretizar. Desta maneira, não basta ser contra o bacharelado, é preciso lutar pela democratização da formação (ANDRADE, 2023).

Em resposta a esse diálogo entre Marco Antônio Coutinho e Erico de Andrade, o historiador Heribaldo Maia escreveu, em sua coluna na plataforma digital Lavra Palavra, a respeito das suas dificuldades, enquanto pessoa socialmente marginalizada, de encontrar caminhos para sua formação como psicanalista. Primeiramente, apresenta-se como um morador de baixa renda da periferia de Recife, e em seguida conta como encontrou obstáculos à sua formação, tanto pela questão dos altos custos dos cursos de formação, quanto pelos círculos psicanalíticos serem profundamente fechados, e os percursos para a formação serem confusos para quem não é do campo (MAIA, 2022).

Durante uma conferência *online*, Antonio Quinet, que foi aluno de Lacan, defendeu a comunidade psicanalítica ao dizer que o conhecimento psicanalítico estava democratizado, pois pode ser encontrado gratuitamente na internet. Também disse que o acesso democrático à terapia também era uma preocupação dos psicanalistas, como se pode observar em diversas iniciativas de clínica pública (PSICANALISTAS ..., 2022). Na mesma conferência, a doutora em teoria psicanalítica Carolina Leão se diz em desacordo com as falas de Quinet. Ela argumenta que o acesso a formação em psicanálise é muitas vezes barrado porque as sociedades psicanalíticas são esferas isoladas, com seus próprios critérios de reconhecimento que não abarcam a diferença, ou seja, não reconhecem os entraves sociais e econômicos que podem dificultar a alguém manter seus estudos ou sustentar uma prática cujo retorno financeiro não é garantido. Essa incapacidade de reconhecer a diferença, de acordo com a doutora, impediria as instituições de pensar políticas de reconhecimento que levasse em consideração a esfera pública, o que manteria o acesso à formação em psicanálise pouco democrático (PSICANALISTAS..., 2022).

Cabe dizer que Quinet, em seus apontamentos, defende um ponto debatível ao dizer que a internet teria democratizado o acesso ao conhecimento psicanalítico. Na matéria “A internet democratiza a psicanálise?”, o psicanalista Victor Hugo Triska critica tal visão de que a internet teria tornado o acesso ao conhecimento mais universalizado (TRISKA, 2021):

(...) é preciso destacar outro pressuposto fundamental que o título deste texto carrega, a saber, o de que a internet democratiza qualquer coisa. Trata-se de uma assunção ingênua e razoavelmente incorreta, pois sua vocação democrática, como querem alguns, parece nunca se realizar. No Brasil, 28% dos domicílios (20 milhões) não possuem internet. Nas classes D e E apenas 14% dos domicílios têm computador (notebook, de mesa ou tablet) e em 50% deles não há internet, enquanto que na A esse acesso é praticamente total (CETIC, 2020). No que diz respeito ao fluxo de informações, pode-se pensar que os ciberespaços são meios livres e diretos, mas neles há desinformação calculada e vigilância a serviço de objetivos específicos e potencialmente antidemocráticos. Sonha-se que a conectividade crie um novo chão comum entre diferentes, uma maior permeabilidade ao outro, todavia se sabe que os algoritmos fazem bolhas digitais excludentes, radicalizando narcisismos baseados em pequenas diferenças. A internet e seus ciberespaços, longe de serem livres, são amplamente controlados e vigiados, de modo que neles o fluxo de informações se dá através de grandes intermediadores interessados, sejam eles de natureza privada ou governamental (HINDMAN, 2008). (TRISKA, 2021).

Com base nesses apontamentos, é possível problematizar os limites de alcance da internet como propagadora de informações, bem como a questão de que as informações a que temos acesso são previamente selecionadas. No entanto, o Triska (2021) concorda que a internet contribuiu para tornar o acesso ao conhecimento psicanalítico um pouco mais democrático, bem como permite uma maior representatividade nos lugares de fala. Esse autor também tece comentários sobre a situação da psicanálise e diz, assim como Erico de Andrade, que a psicanálise não seria universalmente acessível aos brasileiros. Colocando além da questão do acesso à terapia e acesso à formação, além da questão da participação nas instituições, este afirma que os que ocupam os lugares de fala são em geral homens cis, heteros e brancos. Ele não deixa de lembrar as políticas afirmativas que vêm surgindo em algumas instituições, mas diz que isso não é suficiente para negar que a psicanálise seria majoritariamente dominada pelas classes mais ricas (TRISKA, 2021).

Em uma entrevista disponível no canal PsiBR do Youtube, o psicanalista Guilherme Boulos compartilhou a opinião de que a prática da psicanálise hoje no Brasil serve, salvo exceções, à classe média alta e à elite. Para ele, uma maior democratização da prática clínica não poderá ser alcançada apenas pelo empenho

dos psicanalistas, embora considere importante que as sociedades problematizem essa situação. A solução seria disponibilizar atendimentos psicanalíticos como parte de uma política pública de saúde mental. Por fim, ressalta a importância das clínicas públicas, mas acrescenta que seria importante uma ampliação, pois no momento estas são apenas resíduos das operações das grandes instituições psicanalíticas (PSIBR, 2017).

Em um debate na internet, o filósofo Vladimir Safatle afirmou que o acesso à psicanálise sempre foi elitizado, mas identifica como erro entender a atividade psicanalítica como uma unidade. Ele segue dizendo que existe uma ruptura na comunidade, pois desde seu início existiria uma luta de classes interna na psicanálise (CANAL..., 2022).

Assim, no campo psicanalítico como um todo, existiriam dois lados opostos, que inclusive lutariam pelo direito de se dizer a verdadeira psicanálise. De um lado, aqueles cuja prática estaria de acordo com a fala de Freud, de que o objetivo da psicanálise é que as pessoas amem e trabalhem e que, de uma maneira normatizante, acreditam que existem formas preestabelecidas de amar e viver, as quais as pessoas devem seguir, ou seja, buscam adaptar o sujeito à sociedade. Do outro lado, existem aqueles que acreditam que a origem do sofrimento psíquico está no processo de socialização, e buscam mapear os eventos traumáticos que fazem com que o ser pré-social, pulsional, se adapte à sociedade. Assim, nesta perspectiva, o sofrimento teria sua origem na inibição de certas pulsões, que seriam impossíveis de serem realizadas na sociedade atual. Esta psicanálise apostaria que se essas impossibilidades forem ouvidas, podem passar de simples impotências para potenciais criativos e transformadores (CANAL..., 2022).

Em abril de 2023, o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes realizou um evento com o objetivo de discutir meios de democratizar a psicanálise. Um dos convidados, Abrão Slavutzky, iniciou sua fala afirmando que a psicanálise não seria tão democrática, tanto pela questão das barreiras financeiras quanto pela forma como se desenvolveu. Defende que democratizar a psicanálise é uma espécie de sonho, que deve ser levado à prática com rebeldia, e é mais tarde complementado por Silvia Nogueira de Carvalho, que adiciona que pensar a psicanálise democrática é sonhar sonhos compartilhados (DEPARTAMENTO..., 2023).

Neste mesmo debate, Rafael Lima, estudioso da história da psicanálise, afirma que a agenda política e intelectual mais importante da atualidade seria a

democratização da psicanálise. Segue dizendo que a questão da democraticidade do acesso à formação é um tópico da história da constituição das instituições de psicanálise. Defende que é necessário fazer uma retomada histórica das instituições se a intenção for compreender porque hoje a psicanálise não é democrática no Brasil (INSTITUO SEDES, 2023).

Rafael Lima teoriza que um dos grandes entraves à democratização da psicanálise seria algo que chama de um problema de gramática, que teria algo relacionado a ética da prática psicanalítica, mas que por vezes também seria elitista. Ele se refere aos modos dos psicanalistas de falar de seu ofício, de suas práticas e formações, que seriam estranhos e, por vezes, insuficientes àqueles que almejam praticar a psicanálise. Muitos aspirantes a analista viriam aos cursos fazendo perguntas sobre habilitação ou autorização para praticar, querendo algum tipo de garantia ou diploma que certificasse sua formação. Essas interrogações por parte dos candidatos teriam sua origem também na necessidade material de saber quando poderiam começar a trabalhar, quando estariam em condição de se sustentar financeiramente enquanto praticantes da psicanálise (DEPARTAMENTO..., 2023).

No entanto, a psicanálise é definida como algo além de uma profissão, como uma eterna busca por desconstrução e acúmulo de conhecimento, ou seja, como um processo que nunca estaria terminado. De acordo com Rafael Lima, a falha em compreender a lógica da prática psicanalítica geraria pessoas que não compreendem o que é a psicanálise, o que abriria brechas para uma formação duvidosa, que prometeria caminhos muito menos abstratos, em detrimento da ética e da qualidade da prática desses candidatos. Assim, pensar a formação democrática implica a busca por discursos que dialoguem com aqueles que também necessitam de uma garantia de um retorno financeiro para sua sobrevivência e que ainda não compreendem o complexo linguajar desse campo. Seria necessário entender o que há por trás das falas dos candidatos que insistem em chamar a psicanálise de profissão. Rafael Lima ainda acrescenta que essas demandas trazidas pelos candidatos e pelo ideal da democratização não poderão ser atendidas sem uma revisão do campo (DEPARTAMENTO..., 2023).

Ainda no mesmo debate, a psicanalista Maria de Fátima Vicente pondera que existem entraves à formação que são internos ao movimento psicanalítico, e outros que são externos, com origem na realidade brasileira atual. Assim, defende que só haverá uma verdadeira democratização da psicanálise com uma maior

democratização do Brasil como um todo. A partir disso defende que os psicanalistas têm o dever de buscar se envolver na política e tecer diálogos e alianças com outros grupos para além do seu campo (DEPARTAMENTO..., 2023).

A atividade se encerra com os participantes entrando em acordo que muitas das questões levantadas pela proposta do debate não foram respondidas. Concordam que, assim como a psicanálise não é um campo já pronto, a questão de qual seria o caminho para sua democratização ainda não está respondida, e há muito trabalho a se fazer (DEPARTAMENTO..., 2023). Cabe indicar que vários dos pontos levantados no debate apresentado já estavam presentes em um momento anterior, realizado em outubro de 2022, pelo mesmo Departamento de Psicanálise, dias antes do segundo turno das eleições presidenciais no Brasil. Esse debate transmitido no Youtube teve suas falas atravessadas pelo momento turbulento que o país passava (DEPARTAMENTO..., 2022).

O médico e psicanalista Benilton Bezerra Júnior, um dos participantes do debate de 2022, parte sua reflexão da tese de que a democracia nunca chegou a se consolidar no Brasil, para em seguida se perguntar de que maneira o campo psicanalítico brasileiro estaria implicado nesse cenário, portanto, qual seria seu lugar e papel no processo de democratização não apenas do próprio campo, mas do país como um todo. A partir disso, fez propostas concretas de transformações que o campo deve passar que levem ao ideal da democracia (DEPARTAMENTO..., 2022). Em primeiro lugar, estabelece que existe uma similaridade estreita entre as visões de mundo implicadas na psicanálise e na democracia. Ele nos lembra que, para a psicanálise, o ser humano está sempre insatisfeito, em incompletude, sempre indefinido e em conflito, em que a maneira mais adequada de lidar com essa condição não é uma relação narcísica com um líder supremo ou transcendental, que em parte apaziguaria tal angústia. O caminho seria justamente a democracia, que busca sustentar esse lugar vazio, esse mal estar, em uma ordem em que todos seriam iguais e o único mediador aceitável seria a palavra livre. Assim, entre a forma como a democracia se caracteriza e a maneira como a psicanálise entende a natureza humana existem muitas aproximações (DEPARTAMENTO..., 2022).

Dando seguimento a seu raciocínio, Bezerra Júnior lembra que o ser humano se caracterizaria pelo devir, pela abertura, pelo desejar. Para ele, isso significa que o ser humano está sempre em um processo contínuo de sonhar, de imaginar, de disputar o futuro. Assim, a psicanálise teria o papel de participar do exercício de

imaginar um mundo diferente do que é, que não fosse regido pela lógica da mercadoria. Isso tem implicações políticas para o campo, e Bezerra Júnior não se limita ao pensar, mas propõe que o campo vá para a ação e recupere o entusiasmo de agir no mundo que apresentava durante a Reforma Psiquiátrica Brasileira, empreendida já no referencial democrático (DEPARTAMENTO..., 2022).

Conta que o Círculo de Psicanalítico do Rio de Janeiro, do qual faz parte, está passando pelo processo de debater maneiras de se democratizar, o que tem levantado diversas divergências e receios, principalmente de que um maior envolvimento político da psicanálise a levaria a perder seu lugar de prática excêntrica e a se tornar um tipo de militância. Em resposta a isso, Bezerra Júnior reafirma que não há como pensar o sujeito sem entender que este é atravessado pela subjetividade de seu tempo e lugar, de maneira que não existe como desejar a transformação de um paciente em sofrimento sem que se sonhe também com uma mudança na sociedade. Assim, para responder qual seria o papel da psicanálise na *polis*, seria preciso voltar aos conceitos básicos de sua teoria (DEPARTAMENTO..., 2022).

A partir dessa base, que justifica a psicanálise a agir no mundo e participar da política em defesa da democracia, Bezerra Júnior propõe dois elementos principais que as instituições precisam pensar e colocar em prática. O primeiro seria a incorporação das críticas e conhecimentos dos movimentos sociais, e a segunda seria criar acessos para grupos historicamente excluídos. Em se tratando da relação do campo com os movimentos sociais, o psicanalista lembra que a psicanálise não é um metadiscurso capaz de avaliar todos os outros sem que eles possam a avaliar de volta. A intenção não é que a psicanálise perca seu lugar de originalidade, mas que estabeleça uma relação dialética com outros campos de saber. Ao falar do segundo elemento, a ampliação do acesso, Bezerra Júnior defende uma mudança radical na atuação do campo médico e psicanalítico, propondo, por exemplo, que a oferta de bolsas passe a ser uma prática do campo como um todo. Também defende que a prática de clínica pública deixe de ser uma prática residual e passe a ser discutida dentro das formações das instituições. (DEPARTAMENTO..., 2022).

Convoca os psicanalistas a saírem dos consultórios, pois entende que a predominância do atendimento de consultório foi apenas um momento histórico que não conversa com a realidade brasileira atual. Termina dizendo que isso não seria uma desvirtuação da psicanálise, pois seriam mantidas a originalidade que a caracteriza, que é sua ética, sua escuta não normativa, não psicologizante,

basicamente sua postura diante do sofrimento. Tal ética pode ser mantida mesmo com a mudança de enquadramentos (DEPARTAMENTO..., 2022).

2.4.1 Clínicas públicas

A pesquisa fora do Google Acadêmico também trouxe conteúdos sobre coletivos que oferecem atendimento público, que foram complementados com outros textos para enriquecer o debate. Pelo Brasil, diversos projetos de psicanálise pública vêm ganhando território, como Psicanálise na Praça Roosevelt, Clínica Pública de Psicanálise (GUIMARÃES; JARDIM, 2019), Clínicas Pública de Psicanálise de Rua do Rio, Clínica Periférica de Psicanálise, Psicanálise da Praça, entre outras iniciativas (SARAIVA, 2022).

Como já mencionado antes, Freud acreditava que o acesso ao atendimento em psicanálise deveria ser democratizado, mas esperava que o Estado reconhecesse tal necessidade. No entanto, alguns analistas acreditam que o Estado não tem cumprido esse papel e tomam em suas próprias mãos esse fazer (SARAIVA, 2022). Assim, surgem pequenas iniciativas de resistência, muitas vezes não apenas à lógica mercantil vigente, mas às próprias instituições psicanalíticas e suas práticas alegadamente dogmáticas. Fazer clínica pública significa repensar o que seria o *setting* analítico, o passe e a suposta neutralidade clínica, já que, para esses grupos, seria impossível pensar em clínica pública sem realizar interpretações levando em conta questões raciais, de gênero e classe. Para muitos analistas, fazer clínica pública implica uma abertura epistemológica a novas ideias, como a mescla de teorias diferentes, decolonialidade, trabalho em coletivo e atendimento fora de consultórios, além da escuta sensível a questões sociais (SARAIVA, 2022).

Isso coloca a teoria psicanalítica em contato com um real que permite uma práxis enriquecedora à teoria psicanalítica, que assim se vê impelida a crescer para novos horizontes, na busca por dar conta de sofrimentos que raramente podem ser observados dentro de uma clínica privada. Isso levou o coletivo Psicanálise de Rua a falar que não é a rua que precisa da psicanálise, mas a psicanálise que precisa das ruas, justamente por esse desenvolvimento teórico (SARAIVA, 2022).

2.4.2 Desejo Político

Assim como feito no subcapítulo “Da classe média para as classes médias”, foi procurado aqui algum fator do âmbito privado que justificasse fenômenos sociais e

coletivos como a organização de clínicas públicas. É importante lembrars que a psicanálise lacaniana orienta sua prática por uma ética dos espaços privados, uma ética regional, preocupada com a singularidade, o que a princípio entraria em conflito com qualquer envolvimento com projetos de transformação social (DUNKER, 2022).

Uma das bases para tal ética é o movimento surrealista, que em sua época já esbarrou em conflitos entre os âmbitos público e privado. A ética do movimento surrealista ditava a supremacia da exploração do desejo individual, sem interferências de movimentos de massa ou organizações que pudessem alienar tal desejo. Logo, esse movimento artístico foi se organizou de forma coletiva justamente com o objetivo de alcançar novos patamares dessa exploração, o que causou contradições e conflitos com o mote original, pois tal movimento estava se tornando um grupo definido (KLINGSÖHRN-LEROY, 2010). Essa preocupação do movimento surrealista conversa com a ética da psicanálise, de que um deve se responsabilizar pelo próprio desejo. É nesse contexto que o filósofo Zizek comenta (2005, p. 352):

Durante a Cruzada do rei Luiz XI da França, Yves le Breton relatou o encontro com uma senhora que levava uma bandeja em chamas na mão esquerda e uma bacia de água na mão direita. Quando lhe perguntaram o que fazia, ela respondeu que com o fogo queimaria o Paraíso até que não restasse nada, e com a água apagaria o fogo do Inferno até que não restasse mais nenhuma chama: “Porque não quero que ninguém faça o bem para ser recompensado com o Paraíso ou por temer o Inferno, mas sim por amor a Deus.” Essa postura ética tipicamente cristã - de que o bem é feito pelo bem, sem pensar em futuros benefícios ou punições - faz parte definitivamente da postura lacaniana, apesar (ou melhor, precisamente por causa) do ateísmo convicto de Lacan.

Assim, para Zizek (2005), fazer algo nada deve ter a ver com questões normativas como bem e mal, mas com a consciência que não existe um Outro que garanta a verdadeira efetividade ou moralidade das ações (ZIZEK, 2005). Assim, uma clínica pública não deveria ser uma questão de uma suposta bondade do analista, mas uma questão de seu desejo. Uma possibilidade que tornaria a clínica pública possível, sem cair em uma moralidade, em um desejo de fazer o bem, em algo que rompe com a ética da psicanálise, é que a clínica pública surge do desejo do psicanalista de trabalhar e pensar sem se ordenar pela lógica mercantil capitalista, em uma clínica que não circula dinheiro. Uma clínica em que o analista deseja liberdade para atuar o mais longe possível do controle social e mercadológico, um desejo individual, mas com algo de político, e pede que o analista se organize coletivamente para ser sustentado (BREGANTINI, 2022).

3 CONSIDERAÇÕES DE FECHAMENTO

Após o percurso trilhado até aqui, chegou o momento de encerrar a análise deste trabalho, guiado pela pergunta de quão democrático seria o acesso à psicanálise, tanto no âmbito do atendimento quanto da formação.

Por um lado, existem projetos de clínicas públicas que oferecem atendimento gratuito a extratos da população que não podem pagar, embora esta seja uma prática não tão disseminada dentro do campo psicanalítico brasileiro. É importante não esquecer que esta não é uma iniciativa recente, mas o próprio Freud ofereceu e advogou pelo atendimento gratuito à população vulnerável de Viena (SARAIVA, 2022; PSIBR, 2017). Também existem diversos psicanalistas que trabalham dentro de serviços do Serviço Único de Saúde (PSICANALISTAS..., 2022). Por fim, existem instituições psicanalíticas que buscam democratizar o acesso de seus cursos de formação para grupos historicamente marginalizados, embora essa também não seja uma prática comum no campo como um todo (DEPARTAMENTO..., 2023).

Por outro lado, as instituições de psicanálise se mostraram fechadas e elitistas tanto no passado como hoje (ROCHA, 2000). A IPA, a primeira organização mundial de psicanálise, surgiu com moldes autoritários, excluindo em sua seleção pessoas de baixa renda, minorias raciais e homossexuais (KUPERMAN, 2022). Lacan foi um dos psicanalistas a questionar tal modelo, mas acabou criando uma instituição centrada em um líder, em que seu esforço não foi continuado por seu sucessor, Miller, que acabou por criar uma instituição ainda mais autoritária (ANTONIO, 2015).

No Brasil, a psicanálise se disseminou em grande parte como ferramenta normatizante e eugenista do campo psiquiátrico, e as instituições que surgiram eram profundamente hierarquizadas, de difícil acesso, sendo que apenas um grupo seletivo podia publicar seus trabalhos (MANDELBAUM *et al.*, 2018). No período atual, diversos autores são da opinião de que o acesso a terapia, mesmo com os esforços das clínicas públicas, não seria universalmente garantido no Brasil e que a maior parte dos psicanalistas seriam homens brancos, cis, de classe média ou superior (ANDRADE, 2023; MAIA, 2022; PSICANALISTAS..., 2022; TRISKA, 2021; PSIBR, 2017; CANAL..., 2022; DEPARTAMENTO..., 2022; DEPARTAMENTO..., 2023).

Assim, não é possível pelos conteúdos analisados emitir uma resposta totalizante, mas apenas afirmar que provavelmente no Brasil, o acesso à psicanálise não seria somente democrático.

Através das informações levantadas é possível analisar de maneira mais detalhada o espectro do campo psicanalítico, que vai de práticas e instituições mais democráticas até outras mais elitistas. Nesse esforço de mapear o campo psicanalítico, Vladimir Safatle ofereceu uma hipótese valiosa, ao afirmar que existe uma tensão dentro da psicanálise, entre aqueles que definem esta como uma visão que adapta o sujeito à sociedade, e outros que a veem como uma perspectiva que revela as impossibilidades da sociedade, abrindo espaço para que se crie algo. (INCONSCIENTE COLETIVO, 2022).

Como exemplo de práticas normatizantes da psicanálise, temos sua já mencionada utilização pelo movimento eugenista no Brasil (MANDELBAUM *et al.*, 2018). Pode ser entendido que uma caricatura de um psicanalista que se localiza neste extremo do espectro seria de um sujeito fechado no narcisismo da ostra de sua instituição, que reina como autoridade dentro de seu consultório, e se esconde do castrante saber de seu lugar na sociedade, ao se identificar como profundo, sábio, pelo suposto conhecimento de si e da sociedade que a psicanálise lhe deu (MASCARENHAS, 1982).

Quanto à visão da psicanálise como dotada de ferramentas que permitem criar outras maneiras de ser diante das impossibilidades da conjuntura atual, temos o desejo político descrito por Tales Ab'Saber, como sendo o que move analistas a fazerem clínica pública. Diante da impossibilidade de trabalhar sem sujeitar sua atividade à lógica do valor mercantil, surge a ideia de uma clínica pela qual não circula dinheiro (BREGANTINI, 2022). Também se identifica essa visão da psicanálise representada nas falas de Benilton Bezerra Júnior, quando fala do sonhar, em que começa lembrando da visão da psicanálise do ser humano como processo, como inacabamento, como ser que sonha e disputa o futuro. A partir desta perspectiva, defende que a psicanálise é um saber dotado de ferramentas para transformar o mundo e convoca os psicanalistas a agirem no mundo e lutarem pela democracia, tanto de seu campo, como do Brasil. (DEPARTAMENTO..., 2022).

Outra dicotomia examinada neste trabalho, que dialoga com a tensão entre visões da psicanálise de Vladimir Safatle, é a de se sua institucionalização seria um mal necessário ou uma escolha pela qual deve-se assumir a responsabilidade (PELLEGRINO, 1982; FILHO, 1982; ROCHA, 2000). Neste tópico, os argumentos trazidos por Paulina Schmidtbauer Rocha problematizam a afirmação de que a institucionalização seria um mal necessário, e um processo natural para o movimento,

já que este processo teria sido escolhido por Freud em sua busca por garantir que suas descobertas não fossem descaracterizadas pelas gerações futuras. De acordo com a autora, teria sido o próprio idealizador da psicanálise que criou o modelo autoritário de instituição que vemos hoje (ROCHA, 2000).

Alguns que defendem a psicanálise como despertadora de sonhos e capaz de transformação social, dialogam com a visão de que é necessário que o campo se responsabilize em parte pela inacessibilidade à terapia e à formação, não tomando as instituições e a prática psicanalítica como algo dado, mas como algo que pode ser questionado e mudado (DEPARTAMENTO..., 2022; 2023). Nesse sentido, existem diferentes posicionamentos a respeito de quem seria o responsável pela democratização da psicanálise, o movimento ou o Estado. No tocante a este assunto, em 1918, Freud já revela acreditar que o Estado em algum momento reconheceria o acesso à terapia como direito (FREUD, 1969). Mesmo assim, tomou em suas próprias mãos a tarefa de promover acesso à análise gratuita em Viena, tecendo diálogos com políticos locais (2005).

Nos dias de hoje, Boulos defende que a democratização da psicanálise não acontecerá apenas por empenho dos psicanalistas, mas concorda que esses devem promover o debate em suas instituições (PSIBR, 2017). Já Quinet coloca que a psicanálise, caso seja elitista, o é apenas na medida que o acesso à saúde e à educação no Brasil são elitizados, e que tal cenário não seria de responsabilidade do movimento psicanalítico (PSICANALISTAS..., 2022). Por fim, Maria de Fátima Vicente faz um balanço interessante ao dizer que existem questões quanto à democraticidade da psicanálise que dizem respeito tanto ao campo e quanto à democracia brasileira e que, portanto, caberia ao movimento psicanalítico lutar não apenas pela democratização da psicanálise, mas do Brasil também (DEPARTAMENTO..., 2023).

Levando em conta o que já foi colocado, sobre a estrutura autoritária das instituições de psicanálise internacionais e brasileiras, é possível supor que a não democraticidade da psicanálise no Brasil não seria somente um reflexo da sociedade, mas haveria particularidades advindas da história das instituições psicanalíticas e da forma como foi inicialmente disseminada no país principalmente pelos médicos higienistas. Um bom argumento para defender esta hipótese é que, na Argentina, os textos psicanalíticos foram apropriados pela classe trabalhadora, e usados como ferramenta política de transformação social. Ou seja, pelo menos no quesito da formação, o saber da psicanálise estaria menos elitizado (ANTONIO, 2015).

De qualquer maneira, voltando às diferentes visões sobre de quem seria a responsabilidade de democratizar a psicanálise, do Estado ou do campo, também é possível relacionar a maneira de abordar a não democraticidade da psicanálise não como impotência, mas como algo que pede novas invenções e transformações, com o lado da tensão descrita por Vladimir Safatle, que vê a psicanálise como munida de dispositivos que permitem a imaginação, o sonhar, o inventar novas formas de ser.

Para aqueles que se encontram neste lado do espectro do movimento, os apontamentos feitos nas duas conferências do Departamento de Psicanálise do SINPSI citadas neste trabalho, podem ser úteis. Seria necessário que os psicanalistas buscassem dialogar com movimentos sociais, se engajassem na política e buscassem tornar projetos de acessibilidade à psicanálise uma norma no campo brasileiro, não uma exceção (DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE, 2022; DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE, 2023).

Assim, se a psicanálise realmente for majoritariamente elitista no Brasil, resta problematizar, sonhar, e agir no mundo, para mudar este cenário.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, E. de. Democratizar a psicanálise é preciso, bacharelado em psicanálise não é preciso: racismo e elitismo dentro das instituições de psicanálise precisam ser questionados. São Paulo, **Carta Capital**, n. 1261, 25 maio 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/democratizar-a-psicanalise-e-preciso-bacharelado-em-psicanalise-nao-e-preciso/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ANDRADE, E. de. Democratizar a psicanálise. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/01/democratizar-a-psicanalise.shtml>. Acesso em: 5 jun. 2022.

ANTONIO, M. C. de A. **A ética do desejo**: estudo etnográfico da formação de psicanalistas em escolas lacanianas de psicanálise. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7054?show=full>. Acesso em: 2 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno HumanizaSUS**: Saúde Mental. v 5. Brasília, 2015.

BREGANTINI, D. Escutar a Rua. **Cult**, São Paulo, n. 285, p. 12-31, 1 set. 2022.

CANAL INCONSCIENTE COLETIVO. “Há uma impossibilidade de amar na nossa sociedade”: entrevista com Vladimir Safatle e Rafael Lima. **Youtube**, 2022. Disponível em: <https://youtu.be/gttXwbrhVIA>. https://www.youtube.com/watch?v=gttXwbrhVIA&ab_channel=CanalInconscienteColetivo Acesso em: 20 jun. 2022.

CASTILHO, P. T. O Sintoma na Psicanálise: da democracia à anomia. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 144-153, 2019. Disponível em: <https://youtu.be/gttXwbrhVIA>. Acesso em: 5 jun. 2022.

DUNKER, C. A psicanálise como crítica: com Christian Dunker e Vera Iaconelli. **Youtube**, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/WdlG6-XVEv8>. Acesso em: 5 jun. 2022.

COUTINHO, M. A. Bacharelado em psicanálise é aberração. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 jun. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/01/bacharelado-em-psicanalise-e-aberracao.shtml>. Acesso em: 5 jun. 2022.

DANTO, E. A. **As clínicas públicas de Freud**: psicanálise e justiça social. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DEMOCRATIZAR. **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/democratizar/>. Acesso em: 16 jun 2023.

DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE. Entretantos convida 2 - democratizar a psicanálise no Brasil: propostas para os próximos cinco anos. **YouTube**, 5 de abr. 2023. Disponível em: <https://youtu.be/xh9GxqLtFMI>. https://www.youtube.com/watch?v=xh9GxqLtFMI&ab_channel=DepartamentodePsicanálise Acesso em: 3 de jun. 2023.

DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE. Entretantos - democratizar a psicanálise no Brasil: propostas para os próximos cinco anos. **YouTube**, 24 de out. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/mQPPGKPeugE>. Acesso em: 5 jun. 2022.

DUNKER, C. **Por que Lacan?** 2. ed. São Paulo: Editora Zagodoni, 2016.

DUNKER, C. Apresentação da Edição Brasileira. In: ADORNO, T. W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Edunesp, 2015.

ENRIQUEZ, E. Psicanálise e Ciências Sociais. *Ágora*, [s. l.], v. VIII, p. 153-174, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982005000200001>. Acesso em: 5 jun. 2022.

FACCHINETTI, C; PONTE, C. De barulhos e silêncios: contribuições para a história da psicanálise no Brasil. **Psychê**, São Paulo, v. 7, 1 nov. 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30701105>. Acesso em: 28 maio 2023.

FREUD, S. Totem e Tabu. In: FREUD, S. **Obras Completas**, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FREUD, S. Linhas de progresso na terapia analítica. In: FREUD, S. **Obras Completas**, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do Eu. In: FREUD, S. **Obras Completas**, v. XV. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FROMM, E. Psicanálise e Sociologia. **Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n.110, p. 1-3. jul. 2010. Tradução de Ralph Roman K. Gniss. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10547/5770>. Acesso em: 11 jun. 2023.

GUIMARÃES, T.; JARDIM, R. M. M. Apontamentos sobre o horizonte crítico do Psicanálise de Rua. **Teoría y Crítica de la Psicología**, México, v. 12, n.1, p. 315-339, jan. 2019. Disponível em: <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/291>. Acesso em: 13 maio 2023.

KLINGSÖHRN-LEROY, C. **Surrealismo**. São Paulo: Editora Taschen, 2010.

KUPERMAN, D. A formação do psicanalista: passado, presente e futuro. **Cult**, São Paulo, n. 283, p. 12-31, 2022.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1953.

MAIA, H. O caráter classista da formação em psicanálise. **Lavra Palavra**, São Paulo, 3 maio 2022. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2022/03/03/o-carater-classista-da-formacao-em-psicanalise/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MANDELBAUM, B. *at al.* Antropofagia e Autoritarismo na Psicanálise Brasileira. **Caliban – Revista Latinoamericana de Psicanálise**, Montevideu (Uruguai), 2018. Disponível em: <https://eprints.bbk.ac.uk/id/eprint/25787/>. Acesso em: 15 maio 2022.

MASCARENHAS, Eduardo. Aquele que deixou de ser sem nunca ter sido ou a Psicologia de Classe Média da Psicanálise. *In*: **CRISE na Psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982. p. 55-83.

MELLO, Roberto. Documento 1: Os Barões da Psicanálise. *In*: **CRISE na Psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982. cap. Documentos, p. 181-188.

MOREIRA, L. E. de V.; BULAMAH, L. C.; KUPERMANN, D. Entre barões e porões: Amílcar Lobo e a psicanálise no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. **Analytica: Revista de psicanálise**, São João del-Rei, v. 3, n. 4, p. 173-200, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/analytica/article/view/629/561>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MORIN, Edgar. **Para uma sociologia do conhecimento** (Colaboração Especial). Sociologia, Lisboa (Portugal), n. 6, p. 135-146, 1 maio 1989. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/989/1/8.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MUSSE, R. Theodor Adorno: filosofia de conteúdos e modelos críticos. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 32, n. 2, p. 135-145, jan. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732009000200008>. Acesso em: 24 abr. 2023.

OLIVEIRA, C. L. M. V. de. A historiografia sobre o movimento psicanalítico no Brasil. **Rev. Latinoam. Psicopatol. Fundam.**, São Paulo, v. 3, p. 144-153, 1 set. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732009000200008>. Acesso em: 28 maio 2023.

OLIVEIRA, C. L. M. V. de. Sob o discurso da "neutralidade": as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. **Hist. ciênc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702017000400006>. Acesso em: 15 maio 2022.

PELLEGRINO, Hélio. Análise da Instituição Psicanalítica: Um Caso Clínico. In: **CRISE na Psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1982. p. 31-51.

PSIBR. Psicanálise e Política || Guilherme Boulos. **YouTube**, 8 de nov. de 2017. Disponível em: <https://youtu.be/QNd4zQIAgNE>. Acesso em: 3 de jun. 2023.

PSICANALISTAS UNIDOS PELA DEMOCRACIA. A Formação em Psicanálise: democratizar não é mercantilizar. **Youtube**, 12 mar. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/vmGiv7o4e0A>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ROCHA, P. S. Instituições de psicanálise: Uma política de avestruz?. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 157-167, 1 jan. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982000000200009>. Acesso em: 7 jun. 2023.

TAVARES, A. R. Direito fundamental à educação. *Anima: Revista Eletrônica do Curso de Direito da Opet*, Curitiba, v. 1, n.1, p. 1-21, jan. 2009. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/edicao-n1.php>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TRISKA, V. H. A internet democratiza a psicanálise?. **Correio Appoa**, Porto Alegre, n. 312, ago. 2021. Disponível em: https://appoa.org.br/correio/edicao/312/a_internet_democratiza_a_psicanalise/1002. Acesso em: 4 jun. 2023.

ZIZEK, Slavoj. **Interrogando o real**. São Paulo: Editora Autêntica, 2005.